

Notícias do dia 22 de maio



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 6

TV ANHANGUERA - AF. TV GLOBO - ITUMBIARA - GO - JA 2ª EDIÇÃO  
TCE - GO

Deputados aprovam projeto de reajuste salarial dos servidores estaduais ..... 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Plenário aprova em 1ª votação revisão geral anual dos servidores do TCE-GO ..... 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Comissão Mista aprova sete projetos que tratam de revisões salariais ..... 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Mista aprova revisão geral anual da remuneração dos servidores do TCE ..... 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Assembleia analisa projetos de revisão salarial dos servidores do MPGO, TJGO e TCE  
..... 7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Projetos de diferentes órgãos públicos são lidos no Expediente ..... 8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - ON LINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

UEG no PCP ..... 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Alego realizou na manhã desta 2ª-feira palestra com o tema Planejar é preciso , para diretores  
e secretários da Casa  
..... 10

BRASIL 24 HORAS - GOIÁS  
TCE - GO

Evento no TCE-GO dedica um dia pela primeira infância ..... 11

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Alego realizou na manhã desta 2ª-feira palestra com o tema "Planejar é preciso", para diretores  
e secretários da Casa  
..... 12

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Projetos de diferentes órgãos públicos são lidos no Expediente ..... 13

# Deputados aprovam projeto de reajuste salarial dos servidores estaduais

TAGS: Governo de Goiás, Seduc Goiás, SSP-GO, Ronaldo Caiado, Tribunal de Contas do Estado

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/22/TVANHANGUER>**

**AAFTVGLOBOITUMBIARAGO-19.10.28-19.15.10-**

**1684807642.mp4**

# Plenário aprova em 1ª votação revisão geral anual dos servidores do TCE-GO

Foi aprovado em primeira votação no Plenário da Assembleia Legislativa de **Goiás** um projeto de lei que trata da revisão salarial anual dos servidores do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**. Trata-se do projeto de lei 800/23 . Haverá índice de reposição de 5,93%, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do ano de 2022. Está previsto o pagamento do reajuste em duas parcelas e com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023 e 1º de outubro de 2023.

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/133236/plenario-aprova-em-1-votacao-revisao-geral-anual-dos-servidores-do-tce-go>

# Comissão Mista aprova sete projetos que tratam de revisões salariais

Os deputados membros da Comissão Mista aprovaram, na tarde desta segunda-feira, 22, sete projetos que tratam de revisões salariais. A reunião aconteceu na sala das Comissões do Palácio Maguito Vilela.

O primeiro a ser votado, de autoria do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, foi o de nº 800/23. A matéria concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do órgão. Já o de nº 801/23, enviado pela presidência do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás**, concede a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário goiano.

Foi aprovado também projeto de lei que trata da revisão salarial anual dos servidores do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO). Haverá índice de reposição de 5,93%, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do ano de 2022. A matéria também prevê o pagamento do reajuste em duas parcelas e com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023 e 1º de outubro de 2023.

A justificativa para a Revisão Geral Anual (RGA) da remuneração dos servidores, que tramita com o número 799/23, alega que o projeto está legalmente amparado e também não encontra entraves na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Mesmo estando afastada a ocorrência de superação aos limites impostos na LRF, importante destacar a especial condição que reveste a RGA, direito constitucionalmente previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e artigo 92, inciso XI, da Constituição Estadual, que se traduz não em um aumento em si, mas na verdade em reposição do poder aquisitivo, com periodicidade anual, destinada a manter o equilíbrio da situação financeira dos servidores", diz a justificativa da matéria.

Magistério

Protocolada com o nº 767/23, propositura de autoria do Governo de **Goiás**, concede reajuste dos vencimentos dos ocupantes do cargo de professor permanente e transitório do Magistério Público.

O processo recebeu, inicialmente, o voto em separado dos deputados Major Araújo (PL), Antônio Gomide

(PT) e Bia de Lima (PT). O líder do Governo, deputado Wilde Cambão (PSD), por sua vez, pediu vista e apresentou um voto em separado rejeitando todas as alterações apresentadas pelos colegas. Ele também manifestou parecer favorável à aprovação da matéria de maneira original.

O texto foi aprovado com o voto contrário dos deputados Mauro Rubem (PT), Bia de Lima (PT), Antônio Gomide (PT), Delegado Eduardo Prado (PL), Major Araújo (PL), José Machado (PSDB) e Fred Rodrigues (DC).

O voto em separado de Wilde Cambão (PSD) ao projeto que concede revisão geral anual a remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) foi aprovado por unanimidade.

O voto em separado do líder foi pela rejeição de todas as emendas apresentadas ao texto e a aprovação da matéria de maneira original. Protocolada com nº 779/23, a iniciativa segue, agora, para apreciação em Plenário.

Foi aprovado ainda o projeto de lei nº 784/23. A matéria foi avalizada com os votos contrários dos deputados Major Araújo (PL), Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT) e José Machado (PSDB).

O texto, de iniciativa da Mesa Diretora da Casa de Leis, garante a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos da **Alego**. Findada a discussão na Comissão Mista, a propositura seguirá, agora, para o crivo em Plenário.

Também de autoria da Mesa Diretora, foi aprovado o projeto de Resolução 836/23, que dispõe sobre a organização da polícia legislativa do Parlamento goiano.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/133241/comissao-mista-aprova-sete-projetos-que-tratam-de-revisoes-salariais>

# Mista aprova revisão geral anual da remuneração dos servidores do TCE

Os deputados membros da Comissão Mista aprovaram, na tarde desta segunda-feira, 22, o projeto de lei nº 800/23. A matéria concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Os deputados estão reunidos, neste momento, na Sala das Comissões do Palácio Maguito Vilela, sede do Poder Legislativo goiano.

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/133217/mista-aprova-revisao-geral-anual-da-remuneracao-dos-servidores-do-tce>

# Assembleia analisa projetos de revisão salarial dos servidores do MPGO, TJGO e TCE

Tramita na Assembleia Legislativa de **Goiás**, projetos de lei que tratam da revisão salarial anual dos servidores do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO), do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e do Tribunal de Justiça (TJ). As três propostas já estão em análise da Comissão Mista.

Os chefes dos três órgãos seguem a proposta feita pelo Executivo Estadual aos servidores públicos, com índice de reposição de 5,93%, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do ano de 2022. As matérias também preveem o pagamento do reajuste em duas parcelas e com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023 e 1º de outubro de 2023.

No caso do Ministério Público, a justificativa para a Revisão Geral Anual (RGA) da remuneração dos servidores, que tramita com o número 799/23, alega que o projeto está legalmente amparado e também não encontra entraves na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Mesmo estando afastada a ocorrência de superação aos limites impostos na LRF, importante destacar a especial condição que reveste a RGA, direito constitucionalmente previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e artigo 92, inciso XI, da Constituição Estadual, que se traduz não em um aumento em si, mas na verdade em reposição do poder aquisitivo, com periodicidade anual, destinada a manter o equilíbrio da situação financeira dos servidores", diz a justificativa da matéria.

O projeto do **Tribunal de Contas do Estado**, protocolado com o número 800/23, sublinha que a revisão prevista no anteprojeto de Lei refere-se exclusivamente à recomposição dos vencimentos e não representa aumento real de salários. Também alega que está dentro dos requisitos legais. "No tocante aos índices fiscais é importante frisar que o presente anteprojeto atende à LRF e está ressalvado no Plano de Recuperação Fiscal homologado pelo Decreto Estadual nº 10.013, de 27 de dezembro de 2021, por se tratar apenas de reposição de perdas salariais, sem aumento real de remuneração", traz a justificativa.

Já o projeto do Tribunal de Justiça, que tramita com o número 801/23, também cita que a revisão da

remuneração apenas repõe a inflação do período, além do valor da folha salarial com o aumento estar bem abaixo do previsto em lei. "Por fim, registre-se, uma vez mais, que a despesa total com pessoal do Poder Judiciário do Estado de **Goiás**, conforme Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre do ano de 2022, foi de 3,92%, sendo que o limite máximo permitido é de 6% (seis por cento), ou seja, atualmente os gastos com a folha de pagamento de pessoal estão muito aquém do limite permitido por lei".

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site:**

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/133220/assembleia-analisa-projetos-de-revisao-salarial-dos-servidores-do-mpgo-tjgo-e-tce>

# Projetos de diferentes órgãos públicos são lidos no Expediente

O Expediente da sessão ordinária desta segunda-feira, 22, registrou a leitura de projetos de diferentes órgãos públicos, de dois vetos da Governadoria e de ofícios de resposta a deputados.

Foram lidos os projetos n 799/23 , 800/23 e 801/23 , de autoria, respectivamente, do Ministério Público do Estado de Goiás, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e do **Tribunal de Justiça de Goiás**, concedendo revisão geral anual aos seus servidores.

Também foram lidos os projetos protocolados na **Alego** sob os n 802/23 e 805/23 . O primeiro vetou parcialmente autógrafo de lei de Lincoln Tejota (UB) que propõe instituir uma política pública de Cannabis medicinal em Goiás. O segundo vetou parcialmente autógrafo de lei de Paulo Cezar Martins (PL) propondo política estadual de atenção, cuidados e proteção da saúde mental.

Cabe aos parlamentares da **Alego**, agora, apreciar tais vetos do Poder Executivo estadual.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/133191/projetos-de-diferentes-orgaos-publicos-sao-lidos-no-expediente>

## UEG no PCP

Orientado pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE), o Programa de Compliance Público chegou a Goiás em 2019 com o objetivo de assegurar que o serviço público esteja em conformidade com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos goianos.

O Programa de Compliance Público se estrutura em torno de quatro eixos de ação - ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos - e foi implantado na UEG, assim como em outros órgãos do estado, para promover uma cultura ética e transparente, envolvendo funcionários, servidores, terceirizados e qualquer pessoa que tenha relação direta ou indireta com a instituição.

Em 2022 o Governo de Goiás publicou o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração, que veio substituir o Decreto nº 9.423, lançado no ano anterior. O documento apresenta parâmetros e orientações para os servidores e gestores dos órgãos estaduais.

### Prêmio Goiás Mais Transparente

Para incentivar a implementação do Programa de Compliance Público, a CGE promove anualmente o Prêmio Goiás Mais Transparente, que visa aprimorar a transparência nas instituições do executivo estadual goiano.

A premiação se utiliza de metodologias de avaliação desenvolvidas pela CGE e pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** para premiar os órgãos que se adequem aos padrões éticos e legais do PCP. Entre os quesitos avaliados estão, por exemplo, capacidade de execução do gerenciamento de riscos, divulgações pedagógicas sobre ética, pontuação no índice do Goiás Mais Transparente, celebração de termos de ajustamento de conduta, resposta a denúncias recebidas pelas ouvidorias e avaliação da maturidade da gestão de riscos.

A ideia é reconhecer os esforços dos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do estado, com o selo de excelência em transparência pública e estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da transparência, por meio do atendimento das exigências legais e as melhores práticas de entrega de informações para a sociedade.

Em 2022 a Universidade Estadual de Goiás alcançou 100% no ranking do prêmio Goiás Mais Transparente. Com o resultado alcançado, a UEG foi contemplada com o Selo Ouro de Transparência, que indica o elevado grau de transparência do órgão.

Mais informações sobre o Programa de Compliance Público no site da CGE .

(Comunicação Setorial|UEG)

**Site:** [https://www.ueg.br/noticia/62247\\_ueg\\_no\\_pcp](https://www.ueg.br/noticia/62247_ueg_no_pcp)

# Alego realizou na manhã desta 2ª-feira palestra com o tema Planejar é preciso , para diretores e secretários da Casa

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (Alego) realizou, na manhã desta segunda-feira, 22, a palestra "Planejar é preciso", voltada para diretores e secretários das unidades administrativas da Casa de Leis. O evento, no auditório 1 do Palácio Maguito Vilela, teve por objetivo apresentar os procedimentos da Diretoria de Planejamento Estratégico e a importância de definir os planos a longo prazo.

O evento teve início com a explanação do diretor executivo da presidência, Rubens Kirsteim. Ele apontou que o intuito é mostrar aos diretores como o reflexo do planejamento é positivo, sobretudo quanto a economicidade e a proatividade de algumas temáticas. Rubens salientou que o planejamento estratégico auxilia, ainda, na transparência e prestação de contas e que a organização prévia deixa mais claro qual caminho seguir.

"Costumamos dizer que o planejamento é a alma da nossa administração. Se antes falávamos em deixar as coisas fluírem e que as coisas acontecem no tempo certo, hoje não o fazemos mais. Então, devemos dar ao planejamento a real importância que ele tem", disse Rubens, observando que o planejamento deve ser cumprido e para isso deve ser acompanhado e monitorado, inclusive com a produção de relatórios que apontem as informações referentes ao andamento dos processos.

Além disso, ele destacou que a atuação deve ser plural e conjunta, envolvendo diversas áreas, como Diretoria-Geral, Diretoria Financeira, Diretoria Administrativa, Diretoria de Planejamento Estratégico e Diretoria de Licitação.

O secretário de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, Sérgio Teixeira e Silva, explanou sobre o planejamento estratégico sob a ótica do controle externo. Sérgio abordou o arcabouço teórico que embasa o planejamento estratégico, destacando que é importante ter clareza dos conceitos de governança pública organizacional e gestão organizacional na hora de se pensar um planejamento estratégico.

Sérgio explicou que os conceitos se relacionam com

avaliação de prioridades, direcionamento e monitoramento da gestão da organização. Entretanto, ele ressaltou que é preciso atentar-se quanto a diferença entre esses conceitos. "Enquanto governança diz respeito ao direcionamento e a efetividade do processo, a gestão se preocupa com a execução e a eficácia do processo."

O secretário falou que o conjunto desses conceitos forma o sistema de governança e gestão organizacional. Segundo ele, esse sistema ampara os gestores ao garantir os critérios vinculados as necessidades e objetivos da organização, neste caso a **Alego**. "Esse sistema traz tranquilidade aos diretores, pois estabelece um passo a passo que deve ser seguido."

O secretário de Compras da Casa, Frederico Leão, abordou o planejamento estratégico no processo de compras. Ele discorreu sobre a morosidade e extensão do processo de licitação, que envolve diversas fases. Segundo Leão, o planejamento é fundamental no momento de protocolar novas licitações, sobretudo para otimizar o processo. Conforme ele, ter clareza de informações e especificidade na hora de realizar os pedidos é o primeiro passo para efetivar o processo de comprar.

O gestor finalizou destacando a importância de planejar e ter conhecimento prévio sobre as demandas e necessidades da organização.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/133183/alego-realizou-na-manha-desta-2-feira-palestra-com-o-tema-planejar-e-preciso-para-diretores-e-secretarios-da-casa>**

# Evento no TCE-GO dedica um dia pela primeira infância

## *Redação*

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** vai promover, na quinta-feira da semana que vem (1º/jun) o evento Um Dia pela Primeira Infância. O encontro contará com cinco palestras (ver quadro) no auditório principal do órgão e é destinado aos profissionais dos dez componentes do Comitê Goiano da Primeira Infância: governo do Estado, tribunais de Justiça (TJ-GO) e de Contas do Estado (**TCE-GO**) e dos Municípios (TCM-GO), Assembleia Legislativa, Ministério Público (MP-GO), Defensoria Pública, município de **Goiânia**, Diocese Metropolitana de **Goiânia** e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO).

O evento, com inscrição gratuita, vai debater temas essenciais para fortalecer a compreensão acerca da primeira infância, os direitos das crianças e fomentar a avaliação de políticas públicas voltadas a essa área. Também é objetivo ampliar o debate dessa agenda para o desenvolvimento de ações concretas.

O Brasil apresenta cenário preocupante diante da evidência da grande quantidade de crianças de zero a seis anos de idade em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Indicadores oficiais mostram a necessidade urgente de atuação das diferentes instâncias governamentais e não governamentais nas políticas públicas da primeira infância.

O **Pacto Nacional pela Primeira Infância** é capitaneado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, desde 2019, reúne mais de 350 instituições de todo o país em defesa dos direitos dessas crianças e têm feito a diferença na mobilização desses atores em todo o território nacional. Em **Goiás** são dez as instituições participantes do Comitê Goiano pela Primeira Infância.

## PROGRAMAÇÃO

**Site:** <https://brasil24horas.net/22060-evento-no-tce-go-dedica-um-dia-pela-primeira-infancia/>

# Alego realizou na manhã desta 2ª-feira palestra com o tema "Planejar é preciso", para diretores e secretários da Casa

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (Alego) realizou, na manhã desta segunda-feira, 22, a palestra "Planejar é preciso", voltada para diretores e secretários das unidades administrativas da Casa de Leis. O evento, no auditório 1 do Palácio Maguito Vilela, teve por objetivo apresentar os procedimentos da Diretoria de Planejamento Estratégico e a importância de definir os planos a longo prazo.

O evento teve início com a explanação do diretor executivo da presidência, Rubens Kirsteim. Ele apontou que o intuito é mostrar aos diretores como o reflexo do planejamento é positivo, sobretudo quanto a economicidade e a proatividade de algumas temáticas. Rubens salientou que o planejamento estratégico auxilia, ainda, na transparência e prestação de contas e que a organização prévia deixa mais claro qual caminho seguir.

"Costumamos dizer que o planejamento é a alma da nossa administração. Se antes falávamos em deixar as coisas fluírem e que as coisas acontecem no tempo certo, hoje não o fazemos mais. Então, devemos dar ao planejamento a real importância que ele tem", disse Rubens, observando que o planejamento deve ser cumprido e para isso deve ser acompanhado e monitorado, inclusive com a produção de relatórios que apontem as informações referentes ao andamento dos processos.

Além disso, ele destacou que a atuação deve ser plural e conjunta, envolvendo diversas áreas, como Diretoria-Geral, Diretoria Financeira, Diretoria Administrativa, Diretoria de Planejamento Estratégico e Diretoria de Licitação.

O secretário de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, Sérgio Teixeira e Silva, explanou sobre o planejamento estratégico sob a ótica do controle externo. Sérgio abordou o arcabouço teórico que embasa o planejamento estratégico, destacando que é importante ter clareza dos conceitos de governança pública organizacional e gestão organizacional na hora de se pensar um planejamento estratégico.

Sérgio explicou que os conceitos se relacionam com

avaliação de prioridades, direcionamento e monitoramento da gestão da organização. Entretanto, ele ressaltou que é preciso atentar-se quanto a diferença entre esses conceitos. "Enquanto governança diz respeito ao direcionamento e a efetividade do processo, a gestão se preocupa com a execução e a eficácia do processo."

O secretário falou que o conjunto desses conceitos forma o sistema de governança e gestão organizacional. Segundo ele, esse sistema ampara os gestores ao garantir os critérios vinculados as necessidades e objetivos da organização, neste caso a **Alego**. "Esse sistema traz tranquilidade aos diretores, pois estabelece um passo a passo que deve ser seguido."

O secretário de Compras da Casa, Frederico Leão, abordou o planejamento estratégico no processo de compras. Ele discorreu sobre a morosidade e extensão do processo de licitação, que envolve diversas fases. Segundo Leão, o planejamento é fundamental no momento de protocolar novas licitações, sobretudo para otimizar o processo. Conforme ele, ter clareza de informações e especificidade na hora de realizar os pedidos é o primeiro passo para efetivar o processo de comprar.

O gestor finalizou destacando a importância de planejar e ter conhecimento prévio sobre as demandas e necessidades da organização.

**Site:** <https://brasilemfolhas.com/2023/05/22/alego-realizou-na-manha-desta-2a-feira-palestra-com-o-tema-planejar-e-preciso-para-diretores-e-secretarios-da-casa/>

# Projetos de diferentes órgãos públicos são lidos no Expediente

O Expediente da sessão ordinária desta segunda-feira, 22, registrou a leitura de projetos de diferentes órgãos públicos, de dois vetos da Governadoria e de ofícios em resposta a deputados.

Foram lidos os projetos nos 799/23, 800/23 e 801/23, de autoria, respectivamente, do Ministério Público do Estado de Goiás, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e do **Tribunal de Justiça de Goiás**, concedendo revisão geral anual aos seus servidores.

Também foram lidos os projetos protocolados na **Alego** sob os nos 802/23 e 805/23. O primeiro vetou parcialmente o autógrafo de lei de Lincoln Tejota (UB), que propõe instituir uma política pública de Cannabis medicinal em Goiás. O segundo vetou parcialmente o autógrafo de lei de Paulo Cezar Martins (PL) propondo política estadual de atenção, cuidados e proteção da saúde mental.

Cabe aos parlamentares da **Alego**, agora, apreciar tais vetos do Poder Executivo estadual.

**Site:** <https://brasilemfolhas.com/2023/05/22/projetos-de-diferentes-orgaos-publicos-sao-lidos-no-expediente/>